

OS BRAGANÇAS E A RESTAURAÇÃO DEPOIS DE OLIVEIRA MARTINS: UMA BATALHA PELA MEMÓRIA*

LUÍS ANDRADE
(Universidade de Aveiro)

O Portugal Restaurado pela dinastia de Bragança, entenda-se até ao triunfo do Liberalismo, é uma das épocas que mais têm sugerido imagens contraditórias no processo, nunca acabado e quase sempre conflitual, de estruturação da memória nacional¹. Se a Restauração conhece as primeiras visões ideologicamente comprometidas com o Pombalismo e os liberais de 1820, começa a ser arrumada na memória da Nação, com a construção oitocentista, romântica e nacional, da moderna historiografia portuguesa por Alexandre Herculano. Independentemente da lógica dos fundamentos, Portugal constituía uma Nação e, definida esta como um “corpo” ou um “indivíduo moral”, tinha uma vida própria só possível de ser estudada num quadro *nacional*, efectivamente estabelecido pela historiografia romântica². Portugal torna-se objecto de um conhecimento biográfico, melhor, *autobiográfico* que, por natureza, exige a *arrumação* da memória. Ao apresentar a primeira biografia integral e perfeita da nação portuguesa, Oliveira Martins torna-se a referência incontornável quanto ao sentido do devir português e, conseqüentemente, de cada período histórico, ou seja, do lugar próprio de cada parte nesse todo. Fazendo corresponder as três épocas da vida de Portugal à

* Este texto foi apresentado pelo Autor no Congresso Internacional “Oliveira Martins. Literatura. História. Política”, realizado entre 28 e 30 de Abril de 1995, na Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, encontrando-se em vias de publicação nas respectivas Actas que estão no prelo.

¹ Veja-se, sobre as interpretações e a historiografia da Restauração, Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., BGUC, Coimbra, 1981-1982, Vol. I, pp.1-51, estudo retomado pelo Autor em *História e Ideologia*, Minerva, Coimbra, 1989, pp. 43-67.

² V., em síntese, Fernando Catroga, “Romantismo, Literatura e História”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. O Liberalismo*, V Volume, Coord. de L. Reis Torgal e João L. Roque, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 545-61.

sucessão das dinastias *nacionais*³, os Braganças da Restauração adquirem um significado específico: depois do nascimento e da realização, oferecem-se como visibilidade da última a fase *post mortem*.

É certo que a matriz liberal e, mais particularmente, herculaniana da visão histórica de Portugal não favorecia uma imagem positiva da Restauração. Construindo uma Idade Média ideal, que até hoje perdurou, Herculano opõe-lhe os tempos modernos da decadência, estabelecendo um esquema dois ciclos em que se dividiria a história portuguesa e explicando a passagem de um a outro por uma tripla causalidade que fez escola na historiografia nacional: monarquia absoluta, intolerância religiosa e expansão ultramarina. Chegou mesmo a marcar com precisão o momento de viragem. O texto é clássico, mas não pode deixar de ser recordado:

Em dois grandes ciclos parece dividir-se naturalmente a história portuguesa, cada um dos quais abrange umas poucas de fases sociais ou épocas: o primeiro é aquele em que a nação se constitui; o segundo o da sua rápida decadência: o primeiro é o da Idade Média; o segundo o do Renascimento. (...) A geração, a quem verdadeiramente pertence tanta glória, foi educada pelo século anterior. Os grandes homens do reinado de D. Manuel tinham conhecido o nosso último rei cavaleiro; tinham sido educados na época da robustez moral da nação. (...) a decadência da nação portuguesa, começando aparentemente nos últimos anos do reinado de D. João III, principia essencialmente... com mais rigorosa data, nas Cortes de Évora de 1482⁴.

De acordo com a sua hostilidade a uma divisão baseada no mero critério dinástico, Alexandre Herculano colocava-o, assim, exactamente a meio da era de Avis, não denunciando especificamente a Restauração. E se esta é julgada algo negativamente, dado o seu carácter aristocrático, reconhece que acabou por ser a consequência de uma revolta popular contra a opressão,

³ “Os Filipes” não são uma dinastia. Na *História de Portugal* é o período do “Domínio espanhol” e trata-se da “administração da Casa de Áustria em Portugal” (v. pp. 306, Apêndice, I e II, 439-56, e Índice, 469-71). Com excepção de *O Príncipe Perfeito*, Intr. por H. Barros Gomes, Lisboa, António Maria Pereira -Editor, 1896 (PP), todas as citações de Oliveira Martins serão das “Obras Completas”, Lisboa, Guimarães Editores: *Política e História*, 2 vols., 1957 (PH); *Jornal (Dispersos)*, 1960 (J); *Os Filhos de D. João I*, 1983 (FDJ); *A Vida de Nun’Álvares*, 1984 (VNA); *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., 1986 (PC); *História de Portugal*, 1987 (HP); *Febo Moniz*, 1988 (FM); *D. Afonso VI*, 1989 (DA); *História da Civilização Ibérica*, 1994 (HCI).

⁴ “Cartas sobre a História de Portugal”, V, 1842, in Alexandre Herculano, *Um Homem e uma Ideologia na Cosntrução de Portugal. Antologia*, org., pref. e notas de Cândido Beirante e Jorge Custódio, Bertrand, Lisboa, 1978, pp. 191-4. Todas as citações e referências relativas a A. Herculano remetem para esta edição.

particularmente evidenciada nos “tumultos” de Évora de 1637, facto que a sua atenção privilegiou relativamente a 1640. Mais severo, retomando e reforçando uma linha interpretativa anterior, é o juízo que faz de D. João IV⁵. Mas, entre Alexandre Herculano e Oliveira Martins interpõe-se a questão do “Iberismo”, despoletada nos inícios da década de 50 e alimentada, por uma sucessão de motivos, até, pelo menos, aos anos 80. Da reacção nacionalista que motivou, brotou o culto do “1º de Dezembro” e a primeira obra da ciência histórica moderna, tal como foi constituída no séc. XIX, sobre a Restauração. É a *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII* do discípulo e continuador de A. Herculano, Luís Augusto Rebelo da Silva, que tem como pressuposto o princípio de que o combate às ideias de unidade ibérica passava por um conhecimento mais fundamentado e objectivo do período correspondente à primeira metade do século XVII. A Restauração é reinscrita historiograficamente no processo memorável da afirmação da independência

⁵ “Durante esse mesmo domínio [castelhano] o instinto da vida política, o aferro à individualidade, existia se não nas classes elevadas ao menos entre a plebe” (“Cogitações soltas de um homem obscuro”, 1846, p.197). “Era do estado do reino nessa época que queríamos falar, ou, antes, de uma explosão produzida entre o povo pela opressão de mais de meio século. Esta explosão foi a revolta de Évora, grande abalo político, precursor e anúncio dos sucessos extraordinários de 1640. (... Se D. João IV ambicionava a Coroa, não o sabemos nós; o que sabemos é que não queria correr os riscos de conquistá-la. Ele o provou exuberantemente tanto nesta revolta popular, como na revolução aristocrática de 1640.” (“Tumultos de Évora”, 1839, pp. 268-74). Esta imagem negativa de D. João IV é algo de dominante na visão histórica oitocentista, não só na historiografia republicana, mas em autores de larga difusão como Camilo Castelo Branco ou Pinheiro Chagas. V. L. Reis Torgal [1981 e 1989]. Sobre a Restauração e os Braganças na obra de Camilo, v. Fernando Castelo-Branco, “A conjuntura pessoal política e sociológica do romance histórico de Camilo”, *Estética do Romantismo em Portugal*, 1º Colóquio, Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário (1970), Lisboa, 1974, pp. 153-61 e, mais recente, Ana Maria Ramalheite, “Aspectos de Camilo Leitor/Relator da História. A Casa de Bragança”, *Congresso Nacional de Estudos Camilianos. Actas*, Comissão Nacional da Comemorações Camilianas, Coimbra, 1994, pp. 279-91. P. Chagas, na sua *História de Portugal (edição popular e ilustrada)*, 2ª ed., 12 vols., Lisboa, s.d. (a 1ª em 8 ts. principiou em 1867), é extremamente crítico: “A história, sempre aduladora, deu a D. João IV o epíteto de *Restaurador*; devia antes dar-lhe o de *Restaurado*”, “ambicioso sem, coragem, patriótico por egoísmo”, se falhasse “renegaria pela terceira vez, como Pedro a Cristo, a causa da liberdade portuguesa”; só lhe reconhece “bom senso” e “prudência”, “qualidades e defeitos que encontraremos depois mais ou menos pronunciados em todos os príncipes da sua dinastia”, e, por isso, discorda de Rebelo da Silva e do retrato positivo, mas “parcial” que este tinha feito “do fundador da actual dinastia” (v. vol. VII, caps. XIV, p. 335, XV, 357 e ss., XVI, 381-95 e vol. VIII, cap. XII, pp. 319-25). Foi também autor de manuais escolares (v. o estudo importantíssimo de Sérgio Campos Matos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Horizonte, Lisboa, 1990, embora, aqui, não estejamos de acordo quanto ao “retrato moderadamente positivo” que M. P. Chagas nos daria de D. João IV; v. p. 189, n. 312).

nacional⁶. É precisamente no movimento que visou recuperar a Restauração como objecto de comemoração num sentido nacionalista que vamos encontrar Rebelo da Silva e Alexandre Herculano. Em Maio de 1861 formava-se uma Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 que, no seu primeiro Manifesto anti-iberista, de 25 de Agosto, tendo a assinatura simbólica de 40 nomes, considerava que

O povo português, seguro da sua existência nacional, e conscio dos imprescriptíveis direitos em que ella assenta, sem ter esquecido as heróicas acções com que seus antepassados conquistaram e mantiveram a independência da patria, havia quasi apagado, pelo seu character humano e pacífico, a recordação pública de cruentas pelejas

e, em consequência, pretendia

repor na memória nacional, com a devida solemnidade, o aniversário da Restauração da nossa Independência em 1640

Os redactores do Manifesto, a que se seguiu uma Circular de 30 de Setembro onde era avançada a ideia de um padrão-monumento aos Restauradores, eram José Estêvão, Silva Túlio, Gomes de Abreu e Alexandre Herculano⁷.

⁶ Apesar do título, como é sabido, a obra apenas abrange o período que vai do reinado de D. Sebastião até aos inícios do de D. João IV. Patrocinada por D. Pedro V em 1858 e “estampada, por conta do Governo, na Imprensa Nacional”, sai em Lisboa, em 5 vols., entre 1860-1871 (o 1º vol. é posto à venda em 1861). Quanto ao contexto em que surgiu e ao seu valor historiográfico, v. J. Borges de Macedo, “A *História de Portugal, nos séculos XVII e XVIII* e o seu Autor”, Introdução à *op. cit.*, reed. da Imprensa Nacional, 5 vols., Lisboa, 1971, vol. 1, onde nota que “Rebelo da Silva tem tido a sua obra de historiador quase esquecida e mal apreciada. Publicada entre Alexandre Herculano e Oliveira Martins, referidos como figuras únicas (que serão: mas não isoladas), foi, até, injustamente desautorizado por detrás de uma “fama” de retórico, assim como se lhe acrescenta a de simples epígono de Alexandre Herculano” (p. 129).

⁷ V. E. A. Ramos da Costa (comp.), *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal* (1861 a 1940), Lisboa, 1940, pp. 1-13. A Comissão mudou para esta designação em 1927. Entre os signatários do Manifesto figuram, além dos citados e de Rebelo da Silva, individualidades da cena política e cultural da época, como Inocêncio F. da Silva, P. W. de Brito Aranha, J. Mendes Leal ou Anselmo J. Braamcamp. Procurou apresentar-se como expressão de uma unanimidade nacional ao incluir elementos representativos de todas as correntes partidárias: históricos, ex-setembristas e regeneradores, e legitimistas como o lente de Coimbra, A. J. R. Gomes de Abreu do jornal *A Nação*. Acrescenta-se que A. Herculano, Rebelo da Silva e Mendes Leal foram nomeados, em 1869, para redigirem um outro Protesto em resposta “à nova ofensiva de propaganda ibérica” (v. pp. 23-5). Sobre o iberismo, v. F. Catroga, “Nacionalistas e Iberistas”, José Mattoso (dir.) [1993], pp. 563-7 e “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na

Já foi notada a referência que este constitui para o jovem Oliveira Martins que parece decalcar o início da sua actividade de publicista pela do “solitário de Vale de Lobos”. Em 1867 (acabado de redigir um ano antes), estreia-se com o *Febo Moniz*, um livro, a mais de um título, herculaniano mas que, mais tarde, retirará do mercado. Daí que António José Saraiva, detectando-lhe uma coerência de pensamento, considere que apenas esta primeira produção não se “encaixa” na evolução da obra de O. Martins⁸. Como o Mestre, vem protestar contra o perigo da “absorção” que via no iberismo, embora adira ao ideal de uma federação ibérica “num período mais ou menos remoto” pela “federação parcial das províncias”⁹; apresenta a Renascença como “interrupção na marcha do progresso, cuja alavanca é a liberdade” por ela esmagada, atribuindo a decadência, essencialmente, aos seguintes factores: “intolerância religiosa, - despotismo monárquico, - ocupação das Índias”¹⁰; e, mesmo considerando que “a regeneração política de Portugal não veio a ser regeneração social”, “nós, fortificados pela servidão e pela miséria, e sobretudo irritados por ambas, quebrámos os ferros” e, “assim como 1640 vingou 1580, assim como Montes Claros vingou Alcântara”, um neto de Febo Moniz “veio a ser perfeito moço de corpo e de carácter, chegando ainda nos últimos anos de vida a assistir e coadjuvar a revolução libertadora”¹¹. Assim era a Restauração segundo Oliveira Martins, em 1867.

segunda metade do século XIX”, *Cultura. História e Filosofia*, vol. 4, Lisboa, 1985, pp. 419-63, e, mais recentemente, os estudos consagrados ao tema “Ibéria” na *Revista da Faculdade de Letras*, n.ºs 16/17, 5ª série, Lisboa, 1994. Um levantamento das peças da polémica encontra-se em Inocêncio F. da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, ed. da I.N. - C.M., Lisboa, 1973, t. X, pp. 35-48 e 394-5.

⁸ V. “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, *Para a História da Cultura em Portugal*, Vol. 1, 2ª ed., Europa/América, Lisboa, 1961, pp. 213-45.

⁹ V. “Nota final” (Outubro de 1867), *FM*, pp. 261-7. Também Herculano, num texto de 1853, “A Descentralização”, admitiu uma federação ibérica, exactamente para prevenir uma possível “absorção”, a partir de uma prévia descentralização da nossa vida política, e na condição de a Espanha adoptar esse sistema, que tornaria “a Península uma entidade política forte e respeitada” (pp. 174-5). Recordemos que O. Martins ainda não tinha entrado em contacto com os homens do “Cenáculo” e que um dos seus amigos mais íntimos na época, Luciano Cordeiro, tinha publicado um folheto cujo título é significativo: *Sim. Resposta aos que nos perguntam se queremos continuar a ser portugueses. Opúsculo anti-ibérico*, Lisboa, 1865.

¹⁰ Ainda são responsabilizados D. João II e D. João III; v. “Introdução” (Maio de 1866), *FM*, pp. 39-45.

¹¹ *FM*, pp. 253-4. Mas em outros aspectos poderá estar a referência de Herculano. Em 1838, este tentou o teatro com *O Fronteiro de África ou três noites aziagas*, um drama histórico ultrarromântico cujo tema é a recusa de D. Pedro da Cunha em servir os castelhanos, no momento da entrada vitoriosa do Duque de Alba (v. pp.128-42). E em *Febo Moniz*, “um destes clarões esplêndidos, que o sol despede morrendo” (p. 42), não estará um pouco do *Eurico* (1843-44) já

Mas já aqui aparece anunciado um dos motivos da arquitectura de toda a sua obra historiográfica, o contraste entre dois símbolos, a oposição Avis/Bragança.

era um homem vulgar; ambicionava o trono pela majestade e esplendor da coroa; mas não a podendo alcançar, fosse ela a outro, mas que ele tivesse também um quinhão; por isso quando D. Filipe entrou triunfante em Portugal o duque foi recebê-lo e beijar-lhe a mão e oferecer-lhe a casa. É natural, que a outro qualquer faria o mesmo (...) mesquinho, pequeno, incapaz de abertamente se vender, mas pronto a reconhecer o estrangeiro se o estrangeiro o reconhecesse a ele...

D. Catarina era mulher de brios, carácter varonil e nobre, tinha justamente as qualidades eminentes que faltavam a seu marido (...) tinha um porte majestoso, maneiras simpáticas, era cortês e era formosa¹².

Assim caracterizava o casal, ele da Casa de Bragança, ela da Casa de Avis. E o que será o Portugal Restaurado na *História de Portugal*, se não o reconhecimento do domínio estrangeiro, a que a dinastia de Bragança se prestava, se o estrangeiro condescendesse em reconhecê-la? O. Martins transferirá a atitude individual deste duque que gostaria de ter sido rei para a do conjunto dos seus sucessores que conseguiram sê-lo.

Mesmo quando se começa a desviar da concepção da evolução histórica nacional estabelecida por A. Herculano, O. Martins ainda olha para trás. Aquele tinha comparado a Batalha a **Mafra**, símbolos de “duas épocas históricas”; vendo um “grande edifício” como um “livro de pedra” e “de história”, conseguia ler, de Portugal, a “sua juventude viçosa e robusta, e sua velhice caquética”¹³. Oliveira Martins, em 1868-69, vai publicar três artigos com os títulos de *Batalha*, *Belém*, *Mafra*¹⁴. Enunciava, assim, o esquema dos

que “em plena ‘decadência dos Godos’ conducente à traição e à perda da liberdade... nesta ‘degeneração moral das Espanhas’... só algumas almas, como as de Pelágio ou Eurico, conservavam a virtude”? (v. A.M. Bettencourt Machado Pires, *A Idéia de Decadência na Geração de 70*, I.U.A., Ponta Delgada, 1980, pp.22-3).

¹² *FM*, pp. 157-9 e 168-9.

¹³ V. “Duas épocas e dois monumentos ou a granja real de Mafra”, 1843, pp. 274-6.

¹⁴ No jornal *A Revolução de Setembro*. A ordem cronológica é, aliás, Belém (1868), Batalha e Mafra (1869). O da Batalha é um “Auto a Alexandre Herculano”, onde repete a expressão do “livro de pedra”; Mafra aparece-lhe como a “estrutura de um cadáver gigantesco” (v. *J*, I, pp. 37-44 e 51-67). Se a Batalha é já da era de Avis, é também Aljubarrota, obra de Nun’Álvares, esse homem que “não compreendia a sociedade nova” (v. *VNA*, p. 250). Não obstante o desvio, algumas teses desenvolvidas por O. Martins já se encontravam em Herculano. Por exemplo, este considerara que “os sucessos do fim do século XVI... explicam-se por um facto gravíssimo da ordem moral - a morte da nacionalidade” (“Pouca luz em muitas trevas (1570-1580)”, 1844, p.

três ciclos - de base biológica-vitalista - que o organismo da sociedade portuguesa tinha conhecido. Ao conferir-lhe a realização integral de um projecto nacional, momento de apogeu, não só isolava, salvando-a, a dinastia de Avis, como, isolando-a também, carregava a condenação da de Bragança. Se a “enfermidade de três séculos” retomava os “três séculos” que Herculano tinha denunciado, as contas não eram exactamente as mesmas. Ao acrescentar mais um século à História de Portugal, esses últimos três passavam a ser o ciclo dos Braganças¹⁵.

Por isso, só o “ciclo de Avis” lhe interessa. Concluído este, Portugal “teria desaparecido para sempre do rol das nações”, se não fossem os factores que lhe eram completamente estranhos: o jogo de xadrez das potências europeias e a opção errada da política espanhola¹⁶. Por isso, a sua verdadeira História de Portugal seria só a “história da dinastia de Avis” que começou a escrever nos últimos anos de vida¹⁷. Portugal, nação sem base geográfica ou étnica, é fruto da vontade. Apenas pessoal no período, ainda caótico, da primeira dinastia; por isso, nada o distingue. Só tem uma vida própria quando se torna colectiva e o leva a realizar um projecto autónomo. Só a dinastia de Avis o conseguiu, pois só aí a vontade dos seus homens superiores, dos seus heróis, esteve em sintonia

267), como adiantara que “desde o século XVII é a rivalidade das grandes nações da Europa que nos tem salvado” (“Cogitações...”, p. 197).

¹⁵ Herculano contava sete, opondo “o brilho dos quatro primeiros séculos da monarquia” aos três de decadência, não incluindo o seu, onde viu o triunfo liberal e entreviu uma possibilidade de Regeneração (v. “Os sete séculos”, 1851, pp. 283-7). O intervalo de uma geração entre Herculano e O. Martins faz este não excluir o séc. XIX e permite-lhe falar no “decurso de uma história de já quase oitocentos anos” (v. *PC*, p. 333). A “enfermidade” (v. *HCI*, p. 314) continuara bem como, aliás, a dinastia. Sobre o tópico dos “três séculos de decadência” em outros elementos da Geração de 70 (Antero, Ramalho, Junqueiro e Alberto Sampaio), v. A. M. Pires [1980], pp. 79-89.

¹⁶ V. *HP*, pp. 23 e 312.

¹⁷ V. “Advertência”, *VNA*, pp. 7-9: “Porque antes, durante o período afonsino, a história nacional, além de se confundir com a dos outros Estados peninsulares, tem... um carácter obscuro e confuso em que o movimento anónimo dos interesses e classes é tudo... É o período da constituição nacional. E porque, do meado do XVII século em diante, a história de Portugal volta a não despertar a curiosidade, senão para o estudo dos casos de patologia colectiva... por traduzir uma face particular do movimento mais largo da decomposição geral da Península... É o período da decadência”. Então poderia mudar para “*Introdução a uma História Portuguesa*” o título da *História de Portugal* (de Outubro de 1879) que, por sua vez, era uma particularização (v. “Advertência”, p. 9) da *História da Civilização Ibérica* (de Maio do mesmo ano). O. Martins tentou o teatro cerca dos inícios dos anos 70, que depois abandonou. Só o manuscrito de uma das peças que começou a compor chegou até nós, a *D. Afonso VI*. É sobretudo uma ilustração, além de um caso de “patologia colectiva”?, de Portugal como um corpo inerte, manipulado pela “Companhia”, desvalorizando, por um tom cómico, em certos casos, a guerra da Restauração (v. *DA*, p. ex., Acto 2º, cenas 2ª, pp. 84-7 e 6ª, 106, e Acto 4º, Cena 4ª, pp. 180-2).

com a consciência da nação¹⁸. Consumado o projecto e esgotada a vontade na “catástrofe” de Alcácer-Quibir que foi a sua última e, portanto, heróica manifestação, o organismo entra em “decomposição”¹⁹. Então, os Braganças podem reinar, apenas e só porque a Nação morreu.

É verdade que a nossa independência restaura-se em 1640. Mas como? De que modo? Atrever-se-á alguém a dizer que é uma ressurreição? Não será a história da Restauração a nova história de um país que... surge,... filho das necessidades do equilíbrio europeu?²⁰

E D. João IV, “rei levantado pela Sociedade para a servir”, seu “fiel discípulo”, “sem amor pelo povo, sem ambições vivas, sem ódios, sem coragem, egoísta e *diletante*, era mais do que um belo instrumento: era um tipo” que iniciava uma série, o primeiro que reina numa “necrópole”²¹.

Tal era o Portugal-Bragança, *restaurado*, ao que se disse. Para consolidar uma dinastia, cedeu-se o Oriente aos holandeses; e se não se perdeu o Brasil, foi porque ele próprio soube defender-se. Depois enfeudou-se o reino aos ingleses; e por cima de tudo isto aceitava-se o santo e a senha dos jesuítas (...) E uma série de doidos, de maus, ou de idiotas, levados pelo braço dos negociantes jesuítas e ingleses, pupilos de uns, prebostes de outros, disseram-se reis de um reino que era uma sombra²².

¹⁸ V. *HP*, pp. 21-3, 47, 119, 286-7, 299 e 428.

¹⁹ Daí a crítica explícita às “Causas da decadência dos povos peninsulares”, título que repete na *HCI*, de Antero que apresentara, nas Conferências do Cassino em 1871, um esquema explicativo claramente herculiano: Absolutismo, Catolicismo de Trento e Conquistas. As “causas da decadência da Península” são os próprios factores, corrompidos, que motivaram o seu apogeu: o Individualismo, que já fora Heroísmo; o Jesuitismo, que já fora Misticismo; e as conquistas, agora fonte de parasitagem (v. pp. 263-91). No processo de distanciação relativamente à visão de Herculano sobre a Idade Média, O. Martins, na *Teoria do Socialismo* (1872), considerou-a uma época de retrocesso, o que lhe valera uma crítica de Antero e uma polémica com Júlio de Vilhena, cujas peças foram reunidas em *A Idade-Média na História da Civilização. Polémica entre Antero de Quental, J. P. Oliveira Martins e Dr. Júlio de Vilhena*, pref. e anot. por Francisco de Assis d’Oliveira Martins, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1925 (v. A. J. Saraiva, *A Tertúlia Ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*, Gradiva, Lisboa, 1990, pp. 40 e Nota C, “Oliveira Martins e Antero de Quental em desacordo quanto às ‘Causas da decadência dos Povos Peninsulares’”, 193-5).

²⁰ *HP*, p. 23. “Desta situação nasceu o dia 1º de Dezembro: uma conjuração, como sempre se lhe chamou, e não uma revolução (...) Foi uma mutação de cena, uma substituição de pessoas” (p. 316).

²¹ V. *HP*, pp. 298, 301 e 328.

²² *HP*, p. 389.

Não se tornaram maus, os Braganças, ao chegarem, finalmente, ao trono. Não sofreram, como Portugal, um processo de degeneração. Foram sempre assim desde a origem, um mau sangue que a hereditariedade conservou. Forçados à obscuridade pelos homens de Avis, nessa era em que “a seiva da árvore nacional alimentava uma vegetação pujante”²³, aparecem agora, com os mesmos defeitos que encontramos no primeiro, D. Afonso, esse “bastardo” que não era filho da “inglesa”, “em cujo ventre se formara a semente de tão grandes homens”. Fortuito acidente das “travessuras da mocidade” do Mestre de Avis com uma Inês Pires, filha de um homem de Veiros, ao pé de Estremoz, a quem chamavam o “Barbadão”,

O bastardo de D. João I, insaciável, ansioso por vingar com o poder e com a riqueza a inferioridade da sua origem, perante irmãos mais nobres a todos os respeitos, conseguiu penetrar também: subir, voando como falcão, ou insinuar-se, rojando-se como serpente: trepar, até sobre o cadáver do desgraçado de Alfarrobeira, e, ganhando, afinal, com o ducado de Bragança, um lugar ao lado dos duques de Viseu e de Coimbra, fazer desse posto o degrau que levou também ao Trono os seus descendentes (...)

Os instintos populares do sangue e os hábitos de rapina fidalga, compondo todo o seu carácter, mostravam-lhe chãmente a vida com a satisfação imediata da vontade de governar no próximo, e de acrescentar terras, sem fim (...) Não lhe chegara o momento de *querer* o ceptro! Como semente, obscura ainda no seu cérebro, essa ideia foi germinando em sucessivas gerações...²⁴

Oliveira Martins realça, deste modo, a diferença que a genética determinou entre os Avis e os Braganças, durante o tempo da sua coexistência. Não havia lugar para a casualidade. Todos tinham de cumprir o seu papel na trama, estes sendo o contraponto daqueles, obrigados à conformidade que o sentido da História lhes reservou. Daí que todos os Braganças sejam condenados e todos os de Avis não possam deixar de ser inocentes, nem que, para tal, se torne necessário desculpar D. Afonso V - parêntese anacrónico de que a culpa recai, note-se, nos Duques de Bragança -, reabilitar, perante Herculano, D. João III e recuperar D. Sebastião, um “Nuno Álvares póstumo”²⁵. E compreende-se, na

²³ V. *VNA*, p. 8

²⁴ V. *FDJ*, pp. 13-4, 18 e 219-21. Segundo a expressão utilizada por O. Martins, dos filhos de D. João I, só este bastardo D. Afonso e o Infante D. Henrique “foram os vencedores da vida; os outros quatro morreram vencidos” (v. p. 273).

²⁵ V. *VNA*, p. 8, *FDJ*, XI (Alfarrobeira), pp. 253 e ss. e 283, e *HP*, “o Príncipe Perfeito”, pp. 142-8. “A era de D. João III... é... a época culminante do nosso Império na Índia, e é além disso a data da colonização do Brasil, obra desse governo tão cruel e injustamente justificado pelo grande Herculano.” (“O casamento do Infante D. Duarte”, *J*, pp. 127-34).

economia da narração, que O. Martins, num daqueles remates de capítulo, tão característicos do seu estilo, em que lhe condensa o sentido e nos faz entrever o que acontecerá, coloque D. João II - que considera o “maior homem, talvez, que em Portugal nasceu” - às portas da morte, mas ainda lúcido para prevenir: “Persigam-me sem dó os filhos do Bragança!”²⁶. O aviso não foi seguido. E se já vimos o princípio das duas dinastias, vamos ver como acabam, fiéis a si próprias, em finais exemplares.

A dinastia de Avis soube acabar heroicamente. O D. Sebastião de agora, o D. Sebastião dos Braganças, sabia fugir em vez de morrer; sabia apenas sacrificar tudo para se salvar a si, como fizera o avô, D. João IV. Por tudo isto, o último homem dos de Avis deixou no coração do povo um rasto de luminosa saudade, e o último homem dos Braganças deixou apenas aquele enjoo que provoca o vômito...²⁷

Este D. João VI é, assim, o ponto de chegada do processo de decomposição que, nos Braganças, apenas podia apurar a raça.

Neste derradeiro representante do sangue brigantino aparecem vivos todos os caracteres da raça. Era necessário que, ao extinguir-se, a árvore desse o mais bem acabado fruto. Egoísta e seco como D. João IV, tinha inclinações fradescas como D. João V; tinha a esperteza soez e baixa de D. Pedro II, e o plebeísmo de Afonso VI (...) Representante quase póstumo de uma dinastia, epitáfio vivo dos Braganças, sombra espessa de uma série de reis doidos ou ineptamente maus, D. João VI, já velho, pesado, sujo, gorduroso, feio e obeso, com o olhar morto, a face caída e tostada, o beijo pendente... era... uma aparição burlesca (...). E se, porventura, as misteriosas leis da vida têm um papel na história, força é reconhecer que na família dos Braganças não vingou a semente da nobre raça dos Nuno Álvares: viu-se em todos eles a descendência do crasso sangue alentejano da filha do Barbadão.²⁸

Como é sabido, O. Martins, em nota a estas palavras, refere: “Os filhos, D. Miguel e D. Pedro, são antes espanhóis ou italianos, aventureiros, *condottieri*. Têm o sangue da mãe. Os Braganças posteriores são alemães”. Contornava, assim, com a introdução do sangue dos consortes, o facto da continuidade dinástica, para sinalizar o fim de uma era, com as invasões francesas e a perda do Brasil. Não podia salvar, com este pé de página, os Braganças do seu tempo.

²⁶ V. VNA, p. 314 e HP, p. 152. D. Filipa, filha do Infante D. Pedro e tia de D. João II, insinuara-lhe “o rancor aos Braganças, herdeiros do algoz do Avô” (v. PP, p. 220).

²⁷ HP, p. 402.

²⁸ HP, pp. 409-11.

Cerca de dois anos depois, acusava os pais de D. Luís, D. Fernando e D. Maria II, detectando-lhes a mesma típica atitude do avô desta.

Oh, pobre Portugal, mandado por todos, ludíbrio das gentes, triste nação já saqueada do que possuías no Oriente, para ganhares a dinastia brigantina, e agora ameaçada de perderes a África, para conservares os teus reis liberais e forasteiros!

Eles, que não tinham nas veias sangue português, não coravam de vender a Nação²⁹.

Nada perturba este fio condutor da sua composição histórica, desde aquelas linhas do *Febo Moniz* até ao único capítulo que escreveu do *Príncipe Perfeito*. Como o “Portugal restaurado era apenas a restauração de uma forma, e não a revivificação de um corpo”, só pode considerar “ridícula” e “grotesca” a invenção do 1º de Dezembro, “festa patriótica em que anualmente arremetemos contra os vizinhos com bombas, foguetes, filarmónicas e - pior ainda! - com discursos apopléticos de uma retórica plebeia”³⁰. Porque a Vontade e o Heroísmo morreram com a Nação em Alcácer-Quibir, não estiveram na Restauração. Nem mesmo, não obstante a acção positiva do Conde de Castelo Melhor, nos 28 anos que a guerra durou, o que o leva a escrever as que poderão ser as mais injustas das páginas deslumbrantes que nos deixou. Se as vitórias do Montijo, Linhas de Elvas, Castelo Rodrigo, Ameixial e Montes Claros lhe merecem apenas a indicação do nome e da data, sem mais adjetivos, a simples tomada de uma cidade pelo exército espanhol no seu avanço é assim descrita: “uma vergonha: Olivença rendeu-se covardemente”; “a invasão desce a Évora, que se rende vergonhosamente, entregando 7000 prisioneiros; e depois de Évora, a tomada de Alcácer do Sal enche Lisboa de terror”. Salvou-nos “a desorganização completa a que a Espanha chegara”, a sua “inércia” e “tudo estaria perdido” se o francês não nos ajudasse, “mandando-nos generais (Schomberg) e soldados”³¹.

Não havia nada a comemorar.

²⁹ PC, II, p. 65. Mais ou menos na mesma altura, num artigo, já citado, de recensão crítica a uma obra de Fernando Palha (de 1881), no *Jornal do Comércio*, ao referir-se a D. Jaime, filho do “traidor” que D. João II tinha executado, vê-lhe a “dureza rude do alentejano, por ventura herdada com o sangue da filha do Barbado” e observa-lhe “a parcimónia de um D. João IV que, derreada pelo tempo, vem a parar na sordidez de D. João VI”; o homem “é um doido que precede Afonso VI e D. Maria I”. E segue com a descendência: a filha, D. Isabel, casou com o Infante D. Duarte e tiveram duas filhas, uma delas “D. Catarina, a pretendente em 1580, que casou com o primo-irmão João I de Bragança, cujo filho [sic; é neto] veio em 1640 a iniciar a dinastia que desde essa data governa em Portugal” (v. J, pp. 127-34).

³⁰ V. HP, p. 421 e PC, II, p. 297.

³¹ V. HP, pp. 314-28.

Se o culto do 1º de Dezembro de 1640 ainda vai erigir o seu “lugar de Memória” quando a Comissão Central, em 1886, consegue, finalmente, a inauguração do Monumento aos “Restauradores”, a Restauração que vai ficar não é, seguramente, a de Rebelo da Silva que, como J. Borges de Macedo notou, e já o referimos, “entalado” entre Alexandre Herculano e Oliveira Martins, nunca conseguirá sair da obscuridade para que estes o remeteram³². A sua visão *perfeita e una*, amplificada pelo poder da sua escrita e projectada, quer pela presença nos seus companheiros de Geração, quer pelo “mítico estatuto” que esta alcançou, nas palavras de Eduardo Lourenço, vai, ainda, em particular no que à Restauração e aos Braganças diz respeito, ser transportada pela propaganda republicana e, de algum modo, “oficializada” pelo regime implantado em 1910³³.

A Restauração que ficou foi a de Oliveira Martins. Como Vasco Pulido Valente considera,

³² A imagem positiva que Rebelo da Silva nos dá de D. João IV na sua obra é, poder-se-á dizer, quase isolada (v., sobretudo, Vol. 4, pp. 183 e ss.). Note-se que o Monumento é aos “Restauradores” e a sua primeira localização foi pensada em frente ao Palácio Almada, no Rossio, lugar das reuniões dos “conjurados” (v. E. A. R. da Costa [1940], pp. 11-6). E recorde-se o retrato do *restaurado* por P. Chagas, um dos mais activos elementos da Comissão Central 1º de Dezembro de 1640, da qual chegou a ser vice-presidente. Rebelo da Silva é, naturalmente, ignorado por Oliveira Martins que dele tem a seguinte opinião, embora aqui como crítico literário: “O Sr. Rebelo da Silva... em tudo superficial, sem consciência nem amor do trabalho, sem fé nem sistema de escritor” (v. J. “Crónica Literária”, pp. 43-65). Nas “Notas sobre a historiografia em Portugal”, tal como aparecem na 4ª ed., 1886, merece-lhe este comentário: “A Rebelo da Silva deve-se uma *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, obra copiosa, e uma boa *Memória sobre a agricultura e povoação*”; é só (v. HP, p. 465).

³³ Para os manuais escolares dos fins da monarquia constitucional, a Restauração deve-se, essencialmente, aos “heróicos conspiradores” saindo, numa visão fiel à matriz liberal, os fundadores da dinastia iniciada em 1640 não muito bem vistos: “Durante os primeiros reinados da dinastia de Bragança, a administração, o governo interno do país, não apresenta factos de importância” e D. João IV “não revelou a capacidade e a energia que as circunstâncias exigiam”; depois de referir “um hábil ministro, o Conde de Castelo Melhor”, “também não revelou grande capacidade governativa D. Pedro II” (v. Dr. A. Cruz da Rocha Peixoto, *Princípios da História da Pátria Portuguesa*, Aprovados oficialmente [por decreto de 5/4/1906 para o Ensino Primário], Braga, Livraria escolar, editora de Cruz e Cª, 1906, pp. 57-66); a obra, aliás, foi reeditada depois de 1910. Sobre a influência da concepção de O. Martins nos manuais escolares desde os inícios do século XX até ao fim da I República, v. S. C. Matos [1990], pp. 45-6. Numa obra representativa da visão ideológica da história, por parte do republicanismo, a *História do Regimen Republicano*, publ. e dir. por Luís de Montalvor, Lisboa, 1930-31, é notória a base martiniana do capítulo (de autoria de Agostinho Fortes) que trata da Restauração (v. L. R. Torgal [1981], em concreto, pp. 21-2).

Não mais que uma dezena de pessoas mudou, determinou ou fixou a imagem que temos de nós; criou a nossa consciência à semelhança da sua; nos obrigou a olhar como ele olhava; a falar com as suas palavras; a pensar com a sua cabeça. Entre escritores e poetas: Eça, Camilo, Pessoa e Nobre. Pintores: Malhoa. Historiadores: Oliveira Martins³⁴.

Nisto, ninguém se enganou. E a Cruzada nacionalista, dos fins do século XIX ao culminar no Estado Novo, deixando as acusações gerais para o acessório, se o aproveitou como “o demolidor do Liberalismo” desde logo, quanto ao Portugal Restaurado, o soube identificar como o inimigo principal.

Mesmo alguns republicanos se aperceberam do potencial obstáculo que a projecção das obras de um O. Martins ou de um Eça poderiam constituir, por não terem aderido ao messianismo patriótico republicano. Assim, José Caldas, em 1907, constatava que

Assim degradado, o público, durante muito tempo, apenas conheceu dois mentores: Oliveira Martins que doutrinava praticamente a mentira e a adulação como arte de crescer na consideração social e nos favores da corte; e Eça de Queirós, que... nas suas novelas aristocráticas nos representava sempre como uma nação decadente, burlesca... a qual, à luz do seu critério de sibarita céptico e satisfeito, estava fatalmente destinada a não poder produzir senão figuras como a do Conselheiro Acácio, janotas como Fradique Mendes ou parasitas do lar alheio, como o Primo Basílio³⁵.

Mas vai ser de um dos seus companheiros de geração, Joaquim de Vasconcelos, uma das primeiras obras de revisão crítica à sua visão da fundação da dinastia de Bragança. E é significativo que, além de formular uma acusação, depois muitas vezes repetida, a de que lhe faltou o “estudo paciente e fundamental dos documentos coevos, dos arquivos, onde nunca entrou”, se revele consciente de que, para inverter a imagem que O. Martins tinha dado da Restauração, seria preciso outro como ele.

A biografia de El-Rei D. João IV transformou-se n’um grande quadro histórico, ou antes num grande ciclo, composto de uma vasta e heróica série de assumptos que esperam ainda pelo inspirado pincel de um grande artista³⁶.

³⁴ V. P. Valente, *Às avessas*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1990, p. 91.

³⁵ José Caldas, *Benigna Verba*, Coimbra, 1907 (pp. XVII-XVIII), in João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal. Monarquia Constitucional. Das origens do Liberalismo à queda da realeza*, t. II, Multilar, s.l., 1990, p. 137.

³⁶ Joaquim de Vasconcelos, *El Rey D. João o 4º. Biographia - A política do monarca. Um erudito no Paço de Villa Viçosa. Cartas e controversias. Suas composições. O bibliophilo*

Pela primeira vez, ao que julgamos, pedia-se um anti-Oliveira Martins, ou um Oliveira Martins da Restauração. Ia começar uma batalha pela memória. O primeiro grande combate vai travá-lo o Integralismo Lusitano nos anos da I República. Herdeiro do tradicionalismo contra-revolucionário, pugnava por uma “monarquia orgânica tradicionalista anti-parlamentar” conforme à tradição do país que o Pombalismo, despotismo “revolucionário”, primeiro e, depois, o liberalismo e o republicanismo quebraram, acarretando, então sim, a sua decadência. Daí que a época antes de Pombal seja considerada de vigência de uma monarquia tradicional, cuja reposição se deve a 1640. A Restauração não podia deixar de ser reabilitada, bem como, em geral, o século XVII³⁷. O Mestre incontestado do movimento, António Sardinha, num texto de 1917, sobre Fialho de Almeida, já fala nos “dois Oliveira Martins”, divisão que atrás referimos. A condenação vai para aquele “a quem os piores vícios criticistas levariam ao desmentido dos fundamentos seculares da Pátria”. E no ano seguinte dedica-lhe expressamente um estudo onde a *História de Portugal* é um “livro desgraçado” porque o “discípulo de Michelet reviveu no ódio aos Reis e ao fanatismo dos Padres”³⁸. No mesmo ano vinha a reparação necessária.

A administração ruínosa dos outros Felipes, tendendo a tornar Portugal numa simples província, é que provocou o nosso arranco libertador. Entretanto... governa-nos a “*Monarquia-do-Encoberto*”. Mas o Encoberto apareceu um dia... Inicia-se então com D. João IV a dinastia de Bragança, sobre a qual desabou um chuva de falsidades e de infamações. Diminuído e caricaturado, D. João IV... possuía o bastante para se nos impôr como um grande monarca. Mas há mais, - há mais e muito mais: diploma habilíssimo, a ele se deve a organização interna e externa que facilitou as vitórias do reinado seguinte, e consequentemente, a independência³⁹.

consummado, Porto, 1900, pp. 327-8. Lamenta que O. Martins se tenha tornado o “arauto desses senhores”, de “uma certa classe de críticos-amadores de coisas históricas”; v. pp. XXI-XXII. Numa *Memória Justificativa*, Porto, 1901, apresentando um projecto de um obra mais vasta sobre o Restaurador, contesta as “calúnias” contra D. João IV e considera-o “um carácter que salvou Portugal de uma crise mais grave do que a do fim da primeira dinastia” (v. p. 3).

³⁷ V. L. R. Torgal [1981]. Deste autor, concretamente sobre O. Martins e o Integralismo, utilizamos um texto a publicar, *Oliveira Martins visto pelos «Integralistas»*, (1^oª) a quem, desde já, agradecemos a sua consulta. Sobre a ideologia nacionalista do movimento, v., agora, Paulo Archer de Carvalho, *Nação e Nacionalismo. Mitemas do Integralismo Lusitano*, Tese de Mestrado, F.L.U.C., Coimbra, 1993.

³⁸ Textos reunidos em António Sardinha, *Ao Princípio era o Verbo. Ensaios & Estudos*, Portugalia, Lisboa, 1924, pp. 17-42 e 157-73.

³⁹ “Os nossos reis”, A. Sardinha [1924], pp. 235-52.

António Sardinha estava ciente de que se impunha um trabalho “de revisão”, “espécie de brevíário de *correções* ou *erratas*, em que se instrua o processo das diversas *lendas-negras* que deprimem a face augusta do nosso Passado”. Mas não bastava a revisão, em simultâneo era necessário uma substituição. Por isso, esperava “Portugal de há muito a sua *História* - história de síntese, traçado arquitectónico completo, em que a proporção e a lógica do conjunto nos desvendem as razões eternas da Pátria, na química incessante da sua renovação e vitalidade”. Para contrapor, naturalmente, à de Oliveira Martins, a quem não nomeia mas cujas qualidades aqui reconhece e exige, para este não ficar sozinho na arena. Pouco antes de morrer revelava a Rodrigues Cavalheiro: “estou disposto a atirar-me à minha *História*”. Com efeito, já tinha um plano de uma *História de Portugal*. Ter-se-ia ele tentado a ser o anti-Oliveira Martins?⁴⁰

O combate de Sardinha seria continuado, nos anos 30, pelos historiadores vindos do Integralismo ou que na sua órbita gravitaram e que vão colocar-se ao serviço do Estado Novo no seu desígnio nacionalista.

Depois da indefinição dos primeiros anos da Ditadura Militar instituída com o 28 de Maio de 1926, começa a ser claro, sensivelmente a partir de 1930, que a vitória iria pender para os sectores mais autoritários representados por Salazar. Estão já numa posição de força para, em 1932, ainda antes deste passar a Chefe do Governo, impor “o primeiro programa nacionalista para o ensino da História”. Trata-se do Dec. nº 21103 de 15 de Abril, promulgado pelo Ministro G. Cordeiro Ramos que, nos seus artigos 2º e 4º, determinava: “Todo o feito que significa esforço da Nação desde o início da História Pátria até o presente, deve ser exaltado, como bom e digno” e “Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura”⁴¹. Mas que este decreto visava O. Martins, embora sem o nomear, demonstra-o o Relatório que o antecede, criticando o ensino da História até então praticado, “negativista” e “derrotista”, cuja responsabilidade era atribuída “à obra histórica de alguns escritores, mais artistas e filósofos do que críticos e historiadores”. Na emergência do Estado Novo, Oliveira Martins era o alvo a

⁴⁰ V. Rodrigues Cavalheiro, “Dois projectos de António Sardinha”, *Temas de História*, Livraria Civilização, Porto, s.d. (1938?), pp. 229-40. O plano completo apresentava os títulos dos 32 capítulos que a obra teria. O XXI seria “Portugal Restaurado” e o XXII, “Decadência da Europa - e não nossa!”. O projecto das “Erratas” foi parcialmente cumprido, embora de forma dispersa. Em *Ao ritmo da ampulheta*, Coimbra, 1925, publicou um outro estudo sobre “D. João IV”, mas o título que Sardinha tinha pensado era “O Feliz-Restaurador”. R. Cavalheiro vai retomar, nesta colectânea, esse primeiro título (v. pp. 107-40).

⁴¹ V.S.C. Matos [1990], pp. 58-60.

abater para se construir uma memória saneada. Para uma orientação correcta da memória das gerações que o Estado devia formar, ter-se-ia à disposição, em breve, os manuais de Alfredo Pimenta e António Mattoso⁴². O primeiro, desta geração nacionalista de historiadores talvez o mais fascinado por O. Martins mas, por isso, também o seu mais violento crítico, reconhecia que o combate teria de ser travado em outras frentes. Se obras como *Os Filhos de D. João I* e *A Vida de Nun'Álvares* já não continham as “páginas desmoralizadoras” da *História de Portugal*, no entanto

Nada remediavam, nada remediaram. Livros que poucos lêem. O que corre, o que gira, o que circula, o que entra facilmente no espírito do leitor, o que conquista facilmente o homem da rua, é a *História de Portugal* - e foi essa que envenenou, durante trinta anos, as gerações portuguesas! (...) foi ela que formou o critério da gente portuguesa.⁴³

Não se podia falhar à grande ocasião. Avançada em 1922 pela Comissão Central 1º de Dezembro de 1640, e relembra da por Alberto de Oliveira e Agostinho de Campos em 1929, podia Salazar, em Março de 1938, já consolidado o Estado Novo, determinar que se cumprisse a ideia da comemoração do Duplo Centenário da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência em 1940.⁴⁴

⁴² A. Pimenta, *Elementos de História de Portugal*, 1ª ed., Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1934, e António G. Mattoso, *Compêndio de História de Portugal*, 1ª ed., 2 vols., Lisboa, 1938. Este, na opinião de S.C. Matos, é o que mais hipervaloriza “a data simbólica de 1 de Dezembro de 1640”.

⁴³ De uma conferência no Ateneu Comercial de Braga, em 1941, *Mestres do pensamento*, Braga, Ateneu Comercial, 1941; citação em L. R. Torgal [1994]. Demarcava-se, assim, da atitude integralista que procurou uma leitura recuperadora dos homens da “Geração de 70”, alguns dos quais erigidos em “Mestres da Contra-Revolução”. Não havia expurgação que prevenisse a contaminação que as suas obras poderiam continuar a provocar. V., sobre a influência de O. Martins em A. Pimenta, S.C. Matos [1990], pp. 95-6.

⁴⁴ Com efeito, E. A. R. da Costa, na sua obra de 1940, vem recordar a prioridade da proposta da então Comissão Central, transcrevendo uma “Memória”, da iniciativa de um dos seus sócios, António B. da Fonseca Baptista, de 6 de Dezembro de 1922, em que se pede “que Portugal seja preparado para em 1940 festejar ruidosa e simultaneamente os oito séculos de existência, como Nação independente, e três séculos de Restauração da sua Independência”, chegando, em Janeiro de 1923, a ser formada uma subcomissão “para elaborar o Programa definitivo da Celebração dos Centenários da Fundação de Portugal e da Restauração da sua Independência em 1940” (v. “Nota Justificativa” e pp. 190-5). Em artigo publicado no *Diário de Notícias*, de 15 de Fevereiro de 1929, Agostinho de Campos apoiava a sugestão, citando a carta de “Um português ausente de Portugal” que dele recebera, do embaixador em Bruxelas, Alberto de Oliveira, de “celebrar a grande comemoração em 1940”; v. *Revista dos Centenários*, Fasc. I, Janeiro de 1939, Lisboa, pp. 9-11, que reproduz também a “Independência de Portugal. (Nota

António Ferro tratou logo de precisar o objectivo.

(...) 1140... explica 1640, como 1640 prepara 1940. São três anos sagrados da nossa história, o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento!

O que vamos festejar não é, portanto, apenas, o Portugal de ontem, mas o de hoje, não apenas o Portugal de D. Afonso Henriques e de D. João IV, mas o Portugal de Carmona e Salazar.⁴⁵

Embora fosse um “pretexto”, a Restauração era, pela primeira vez, oficialmente celebrada numa Comemoração Nacional e objecto de uma Vontade de Memória por parte de um Estado Novo que consagrava, assim, a visão da História daqueles que lhe preparavam, ideologicamente, a fundação. Não admira que o triénio que começa em 38 e culmina no “Ano Áureo” de 1940, assista à intensificação do programa traçado por Sardenha: revisão, substituição e, esperava-se, restauração; de uma memória, claro, agora purificada. No oceano bibliográfico que as Comemorações formaram, será executado pelos historiógrafos, *grosso modo* de inspiração integralista, seja na vertente mais académica e “científica”, com o “Congresso do Mundo Português”, seja na da intenção divulgadora, em opúsculos ou na “oficial” *Revista dos Centenários*⁴⁶. Mas a espera tinha sido longa, como reconheceria Manuel Múrias, numa série de Conferências sobre os “Vencidos da Vida”, em

oficiosa da Presidência do Conselho)” em que Salazar apresentava, desde logo, o Plano pormenorizado a que as Comemorações deveriam obedecer.

⁴⁵ “Carta Aberta aos Portugueses de 1940”, in *Rev. Cent.*, I, pp. 19-23,

⁴⁶ V. *Congresso do Mundo Português*, Publicações, VII vol., t. II, Lisboa, 1940 (dedicado à Restauração): R. Cavalheiro, “Os antecedentes da Restauração e a posição do Duque de Bragança”; Luís d’Oliveira Guimarães, “O povo na Revolução de 1640”; Caetano Beirão, “Vinte e oito anos de História”. *Revista dos Centenários*, (24 fasc. em 1 vol.), Lisboa, 1939-40: R. Cavalheiro, “O Senhor de Vila Viçosa”, “História parcial e História verdadeira”; J. Ameal, “As festas dos centenários, ciclo de justiça histórica - um grande rei: D. João V”; A. Mattoso, “Os Falsificadores de D. João IV”; E. Brazão, “A Campanha de 1644”. J. Ameal e R. Cavalheiro, *Erratas à História de Portugal - de D. João V a D. Miguel*, Porto, 1939; Gastão de Melo de Matos, *A Falsa História da Restauração*, Lisboa, 1938. Seleccionámos, apenas, alguns títulos vinculados a esse propósito revisionista, visando a concepção de O. Martins sobre o Portugal Restaurado. Ao coro geral da sua condenação, junta-se, numa defesa da pedagogia nacionalista da História, agora em vigor no Estado Novo, A. Pires de Lima, *Assim era ensinada a História*, sep. de *Ocidente*, vol. X, Ed. Império, Lisboa, 1940. Aí, revolta-se contra a *História de Portugal* de O. Martins que deformara o nosso passado com o seu “pessimismo, facciosismo ou jacobinismo”, numa crítica “dissolvente”, mas tinha a “certeza de que, perante o altar da Pátria mais vale um herói verdadeiro do que mil historiadores desnacionalizados e corruptos”; v. S. C. Matos [1990], pp. 128-9.

1941, autêntica expurgação nacionalista da Geração de 70, considerando que o próprio “Oliveira Martins traçou algumas páginas, que são fundamentais para o Anti-Oliveira Martins, que tantas vezes se tem reclamado”. Depois de contestar a interpretação martiniana da História de Portugal, recupera-o pela “visão genial de um antecipado, por isso mesmo incompreendido, mas cujo plano geral de administração não discorda muito da acção restauradora a que, ao fim de trinta e quatro anos, assistiríamos. Equilíbrio orçamental, corte das despesas improdutivas ou inúteis - política de verdade e de justiça: - nisto foi Oliveira Martins, com bem poucos mais, o precursor”⁴⁷. No contexto eufórico da afirmação nacionalista decorrente das Comemorações Centenárias, era agora convertido em Profeta do Messias. Como todos aguardavam, o “Ano Áureo” teria de dar à luz a *tal obra*, síntese dessa História agora evocada e pedra de toque de todo o esforço purificador; em suma, que restaurasse, depois do que se tinha revisto e rectificad⁴⁸.

Foi seu autor João Ameal⁴⁹. Como não podia deixar de ser, de O. Martins pergunta: “Historiador? Chame-se-lhe, antes, *poeta da História* ou *visionário*”, mas “ao serviço do mais negro e implacável pessimismo”, e “converte a História num panfleto derrotista”.

Tal como para A. Pimenta, os livros da última fase de Oliveira Martins não o salvam.

Mas a maior influência - influência que domina e intoxica uma, talvez duas gerações - exerce-a o autor da *História de Portugal*. A “lenda negra”, no que toca ao nosso país, é, preponderantemente, obra sua. Qual de nós... o poderá esquecer?⁵⁰

No prefácio da *História de Portugal*, João Ameal não se acha digno, pela sua prosa “pobre e monótona”, de ser o autor dessa obra há muito esperada.

⁴⁷ V. Manuel Múrias, “A interpretação da História na obra de Oliveira Martins”, *Vencidos da Vida*, conferências promovidas pel’*O Século* (1941), Lisboa, 1946, pp. 95-116.

⁴⁸ É nestes termos que João Ameal, numa conferência depois publicada com o título *Porque escreveu a «História de Portugal»*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1941, justifica a sua obra do ano anterior; “tornava-se urgente fazer essa *História*, resumo e complemento das Comemorações de 1940” (v. pp. 7-15). Sobre João Ameal, v., agora, Antonieta Pinto, *João Ameal, o Historiador do Regime*, (Tese de Mestrado), F.L.U.C., Coimbra, 1993.

⁴⁹ *História de Portugal*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1940, que recebeu o Prémio de História “Alexandre Herculano”, do S.P.N., em 1941; v. António Ferro, *Política do Espírito. Prémios Literários (1934-1947)*, Edições do S.N.I., Lisboa, 1950, “Obras e Autores Premiados”, pp. 211-8.

⁵⁰ J. Ameal [1941], pp. 25-7.

Tenhamos esperança de que apareça um dia - o mais cedo possível! - o autor capaz de fornecer o antídoto decisivo para o Oliveira Martins do Portugal decadente, isto é: o Oliveira Martins do Portugal ressurgido.⁵¹

Mas, naquele contexto, não podia ser mais ninguém. E como tal foi recebido. Por exemplo, Caetano Beirão, no *Diário de Notícias*, assinalava que

veio preencher uma lacuna e constitui pelo espírito que a anima - ao invés do de Oliveira Martins, “afirmativo e construtivo” - uma grande lição de portuguesismo.

E Alfredo Pimenta, n’ *A Voz*, podia, finalmente, apresentá-lo.

Ecce Homo! O Oliveira Martins do Portugal ressurgido está aí - nas 800 páginas desta História de Portugal que saúdo com reconhecimento.⁵²

No rescaldo das “festas dos Centenários”, J. Ameal explicava porque a tinha escrito, filiando-se na Cruzada iniciada por António Sardinha. Numa linguagem de combate, porque *alguém* tinha atacado primeiro a verdade histórica nacional, sentia que já estava perto o triunfo na batalha pela memória que tinham decidido travar.

A ofensiva - ou antes: a contra-ofensiva - prossegue. E prosseguirá - até à completa vitória.⁵³

Não é, talvez, ainda a altura para decidir do resultado dessa batalha. Talvez vá, mesmo, fazendo cada vez menos sentido ditar uma decisão. Mas, há bem pouco tempo, António Quadros reconhecia que

E, como tinham talento e até às vezes génio, as suas *História de Portugal*, as suas *Farpas...* e os seus *Conde de Abranhos*, acabaram por se impor como formando o

⁵¹ J. Ameal [1940], p. XV; v. L. R. Torgal [1994].

⁵² V. as recensões críticas em J. Ameal [1941].

⁵³ “Simultaneamente, ou na esteira de Sardinha, muitos investigadores de mérito dedicam-se à esplêndida tarefa da restauração da verdade histórica”, citando “dois livros que marcam duas datas na nossa moderna historiografia”, precisamente o de Caetano Beirão, *D. Maria I*, de 1934, ganhando logo nesse ano o Prémio “Alexandre Herculano” do S.P.N., e o já referido *Elementos de História de Portugal*, de A. Pimenta, que viria, em 1937, a receber também este Prémio com os seus *Subsídios para a História de Portugal. Textos e juízos críticos*, Ed. Europa, Lisboa, 1937, dois dos historiadores mais combativos do processo de revisão histórica; v. J. Ameal [1941], pp. 27-9 e, quanto aos Prémios, A. Ferro [1950].

retrato único e verdadeiro de Portugal, iniciando-se assim o calvário de um povo e de uma pátria⁵⁴.

Embora sob a forma de um lamento, está em concordância com V. Pulido Valente que, referindo-se ao *Portugal Contemporâneo* mas podendo ser alargado ao conjunto da obra historiográfica, faz o seguinte juízo:

o *Portugal Contemporâneo* é, sem dúvida, a mais gloriosa obra literária do século... tem certamente erros (...) Mas, por menos que se estime a visão de Oliveira Martins, um facto subsiste. O *Portugal Contemporâneo* é ainda a única história do século XIX com uma visão. Continua sozinho na sua imensa majestade.⁵⁵

Para Eduardo Lourenço, ainda ninguém substituiu O. Martins, “(o que se chama substituir), pois fora da sua *não há História de Portugal como remediação global do destino e devir colectivos*”.⁵⁶ E António José Saraiva, em 1990, afirmava:

Oliveira Martins permanece o único historiador português, e o maior historiador da Península, único no sentido de que ninguém mais considerou a história de uma nação no seu conjunto como uma totalidade.⁵⁷

⁵⁴ António Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos últimos 100 anos*, Fundação Lusfada, Lisboa, 1989, p. 60.

⁵⁵ V. P. Valente [1990], p. 71.

⁵⁶ V. Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 3ª ed., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, p. 21 (1ª ed., 1978).

⁵⁷ A. J. Saraiva [1990], p. 14.